

CRISE NA PERIFERIA: BRASIL / AMÉRICA LATINA E PORTUGAL / SUL DA EUROPA*

Marcelo Braz Moraes dos Reis

*Doutor em Serviço Social e Professor Associado da Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ).*

*Coordenador do Projeto de Pesquisa Modo de Produção Capitalista, Crítica da
Economia Política e “Questão Social” e do Projeto Integrado de Pesquisa Sincretismo
e Serviço Social, ambos vinculados ao NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas
Marxistas, registrado no diretório de pesquisa do CNPq)
reisbraz@gmail.com*

* Artigo desenvolvido a partir do estágio pós-doutoral, Bolsa CAPES - Processo BEX 06865/14-3, realizado no ISEG - Universidade de Lisboa, sob supervisão do Prof. Doutor Francisco Louçã, no período de fevereiro de 2015 a janeiro de 2016 (em curso).

Resumo

A crise contemporânea da sociedade capitalista e as suas consequências sociais têm sido objeto de intenso debate em todo o mundo. Se no seu interior é mais ou menos consensual que a natureza da crise é estrutural – pois que envolve o processo global de reprodução social do modo de produção capitalista – o mesmo não se pode dizer do debate em torno de suas formas de enfrentamento, das políticas económicas adotadas nos países mais afetados pela crise dirigidas por governos de colorações ideológicas bastante diversas. Os principais analistas consentem na constatação de que os chamados “países em desenvolvimento” sofreram menos com a crise que se cronificou a partir de 2007/2008, seja porque ela tem seu epicentro nos países centrais, seja porque alguns daqueles “países em desenvolvimento” têm usado políticas económicas “heterodoxas”, supostamente pós-neoliberais. Este artigo busca mostrar que essa constatação é uma meia-verdade, uma vez que no Brasil as políticas de combate à crise cederam vez em 2015 à adoção de medidas de austeridade, tal como as que foram aplicadas em Portugal e no países de sul da Europa nos últimos anos conforme poderá ser visto no texto.

Palavras-chave: Crise Contemporânea; Política Económica; Brasil; Portugal

Abstract

The contemporary capitalist society crisis and its social consequences have been subject of vivid worldwide deliberation. If, at its core, it is more or less agreed that the basic nature of the crisis is structural - because it addresses the overall process of social reproduction of the capitalism - the same cannot be said of the debate around their ways to approach the adopted economic policies in the most affected countries, headed by governments of quite different ideologies. Leader analysts comply with the realization that the so-called “developing countries” suffered less from the crisis that raided from 2007/2008, either because its epicentre is mainly focused in the central countries, or because some of those countries have used economical heterodox policies supposedly post-neoliberal. This article tries to evince that this realization is only a half-truth, giving that in

Brazil fighting policies against this crisis in 2015 gave way to the adoption of austerity procedures, similar to those recently enforced in Portugal and southern European countries, as shown in the following text.

Keywords: Contemporary Crisis; Economic Policies; Brazil; Portugal.

Introdução

O artigo expõe parte dos estudos de investigação realizados no âmbito do pós-doutoramento realizado no ISEG (iniciado em fevereiro de 2015 e em curso até janeiro de 2016). Serão expostos aqui tão somente os conteúdos preliminares da pesquisa teórica. Os dados empíricos recolhidos ainda estão em fase de sistematização e serão articulados com a análise para posterior divulgação¹.

A crise contemporânea da sociedade capitalista e as suas consequências sociais têm sido objeto de intenso debate em todo o mundo. Se, no interior desse debate, é mais ou menos consensual que a natureza da crise é estrutural, pois que envolve o processo global de reprodução social do modo de produção capitalista, o mesmo não se pode dizer do debate em torno de suas formas de enfrentamento, das políticas econômicas adotadas nos países mais abalados pela crise, dirigidas por governos de colorações ideológicas bastante diversas. Os principais analistas consentem na constatação de que os chamados países em desenvolvimento têm sofrido menos com a crise, seja porque ela tem seu epicentro nos países centrais, seja porque alguns daqueles países em desenvolvimento têm usado políticas econômicas “heterodoxas”, supostamente pós-neoliberais.

No Brasil, a crise tem sido enfrentada pelo governo com medidas que, num primeiro momento (entre 2008 e 2014), buscaram arrefecer seus impactos por meio de uma política econômica autointitulada de “neodesenvolvimentista”, pela qual foram adotadas algumas medidas anticíclicas por meio de um mix de ações defensivas amparadas no discurso de preservação do “desenvolvimento econômico com desenvolvimento social” (distribuição de renda, políticas sociais voltadas para a diminuição da pobreza, proteção e ampliação do emprego etc.). Essa estratégia sofreu um duro revés a partir de 2015, quando o governo Dilma Roussef, recém-reeleito, passou a executar uma política econômica que não só abandonou qualquer preocupação anticíclica como também passou a adotar medidas claramente regressivas.

Os indicadores atuais mostram que os países que formam a zona do euro experimentam as consequências econômicas e sociais mais violentas da crise. E entre esses países, destacam-se aqueles que mais têm sofrido seus efeitos por possuírem economias mais frágeis no conjunto da zona do euro: Portugal, Grécia

¹ Está a ser elaborado um livro que se pretende publicar com os resultados da investigação.

e Espanha. Em Portugal, o governo PSD / CDS-PP² mostrou-se “mais realista que o rei”. A partir das exigências dos organismos europeus adotou medidas “ortodoxas” que aprofundaram a crise, reforçando a política econômica ditada pela troika³. O resultado foi desolador. Os portugueses estão a sofrer taxas altas de desemprego, arrocho salarial, supressão de direitos e/ou políticas sociais, contingenciamento dos investimentos sociais, crescimento da pobreza e da desigualdade, privatizações, degradação dos serviços públicos, em suma, um quadro social dramático que tem levado a uma brutal queda da qualidade de vida da classe trabalhadora e das camadas médias portuguesas.

1. O debate da crise e a centralidade da análise da economia

A especificidade da crise atual, analisada com rigor por Mészáros (2009), está assentada em duas características intrínsecas e que também se expressam na dinâmica estrutural do capitalismo contemporâneo: ela acentua o caráter destrutivo da produção capitalista, de modo que o metabolismo social comandado pelas forças do capital faz predominar, de uma maneira incomparável, tendências altamente destruidoras da natureza que concorrem até mesmo para criar sérios obstáculos à própria reprodução da vida social; por outro lado, e correlatamente, esgotaram-se os mecanismos estruturais (os paliativos não deixam de existir) de autorregulação do sistema sociometabólico do capital, uma vez que o caráter permanente da crise sobressai em detrimento da sua forma cíclica de se expressar, prevalente até os anos 1970 do século XX. Mészáros caracteriza muito bem a crise adjetivando-a, corretamente a meu ver, como uma crise rastejante.

Para François Chesnais trata-se de uma “crise insuperável”. Seus estudos permitem recuperar as origens da crise contemporânea que fizeram emergir o neoliberalismo como “solução” que acaba por cronificar as tendências (auto) destrutivas da reprodução do capital. Dos anos 1970 aos nossos dias percebemos que o projeto neoliberal não só se mantém vivo como procura se reciclar. Na Europa, os Estados/governos vivem sob o jugo da troika, a espada de Dâmoicles dos governos europeus. São obrigados (alguns cumprem a obrigação com repulsivo servilismo) a implementar uma severa política de austeridade fiscal. Já

² O Partido Social-Democrata, do ex-primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, e o Partido do Centro Democrático Social - Partido Popular, formaram a coalização que esteve à frente do governo português até outubro de 2015. Após as eleições de 4 de outubro Passos Coelho foi reconduzido ao cargo mas, como não conseguiu formar maioria, foi chumbado pela Assembleia da República. Foi assim o governo mais breve da democracia portuguesa, tendo durado 27 dias. No dia 27 de novembro foi nomeado primeiro-ministro o líder do PS (Partido Socialista) António Costa que obteve o direito de formar maioria após a queda do governo PSD-CDS. O PS conseguiu formar maioria após negociações com a esquerda (Partido Comunista Português, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista Os Verdes) e terá um governo de minoria com apoio parlamentar. O artigo analisa a conjuntura portuguesa até o governo Passos Coelho.

³ Expressão condensada das classes dirigentes do capital financeiro na Europa constituída na Comissão Europeia, no Banco Central Europeu (BCE) e no Fundo Monetário Internacional (FMI).

no Brasil, e nalguns outros países latino-americanos, pratica-se uma espécie de “capitalismo social” que inova ao criar uma engenharia social que se esmera em emprestar um rosto mais “humano” ao sistema, aprofundando o domínio (e os lucros) do capital.

Os países centrais vivem uma crise cuja expressão mais evidente é a estagnação econômica, atestada por baixos índices de crescimento. Alguns especialistas acreditam que dificilmente superarão essa situação, já que ela é determinada por fatores estruturais que sinalizam não apenas a crise, mas a decadência do capitalismo no centro (EUA, UEE e Japão). É o que pensa Beinstein, para quem a crise é “irreversível”⁴. Para ele, o atual estágio do modo de produção capitalista é o seu “canto do cisne”, identificado na hipertrofia mundial do capital financeirizado que pode ser a parteira da autorruína do sistema capitalista:

As taxas de crescimento produtivo global, principalmente nos países centrais, foram se reduzindo como tendência de longo prazo, a economia foi se financeirizando, até que, no final da primeira década do século XXI, a massa financeira global equivalia a vinte vezes o Produto Bruto Mundial. Os Estados, as empresas e os consumidores das nações ricas se endividaram vertiginosamente até acabarem esmagados pelas dívidas (Beinstein, 2013, p. 83).

Esse quadro foi se desenvolvendo ao longo das últimas quatro décadas tendo se iniciado entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970. “A partir daí, a expansão do capitalismo global se combina com a deterioração de seus componentes fundamentais, que vão sendo cobertos pelo parasitismo financeiro e consumista, uma militarização desestruturante na qual a dinâmica tecnológica está no centro de uma depredação sem precedentes dos recursos naturais” (Idem). E a partir de 2007-2008-2009 a situação se aprofunda lançando o mundo capitalista num cenário de autodestruição.

Os aspectos centrais dessa nova fase do imperialismo desenvolveram-se plenamente até os nossos dias. Dentre eles, destaque-se a tendência ao parasitismo inerente a uma dinâmica financeira dominada por grupos financistas, compostos por “gente não envolvida diretamente nos processos de produção e que neles parasita, degradando-os”, bem como a “existência de uma tendência lógica para a superconcentração econômica e política em escala mundial, resultado do desenvolvimento do sistema (centrado no capital financeiro) [...]”. Em consequência, o que aparentava ser o passo para a hegemonia durável de um poder econômico-político-militar global único não expressava outra coisa senão o começo do fim do capitalismo”. (Beinstein, 2001, p. 256-7; grifos meus).

A reconstituição do capital de investimentos através da centralização financeira dos oligopólios associados aos Estados e a liberalização combinada com a desregulamentação financeira desataram os nós que obstaculizavam a

⁴ Mas há quem pense que ela pode ser superada, pelo menos no médio prazo, como sustentam Duménil e Lévy “Superação da crise, ameaça de crise e novo capitalismo” in F. Chesnais, G. Duménil, D. Lévy e I. Wallerstein Uma nova fase do capitalismo?, Ed. Xamã/Cemarx-UNICAMP: São Paulo/Campinas, 2003.

prevalência da dinâmica financeira. Desatados os nós, tal dinâmica criou as suas próprias crises. Algumas mais residuais, como o crash da Bolsa em Wall Street, de 1987, outras com maior poder de contágio, como a asiática em 1997. De todo modo, todas se deram no compasso dos investidores que, desagrilhoados pela liberalização/desregulamentação, movimentam seus capitais (movimento que é propiciador regular de bolhas financeiras), criando e destruindo mercados com as mesmas velocidade e intensidade, desmentindo a tão propalada eficiência dos mercados.

O desenvolvimento dessas contradições desaguarda em 2007/2008. Até lá, as crises foram tornando mais evidentes seus enlaces econômicos e financeiros, denotando a unidade indissociável do capital financeiro, expressão do entrelaçamento dos grandes capitais monopolistas da indústria e dos bancos. As economias nacionais tornaram-se reféns desse processo porque eles se acompanham de viragens liderados pelos investidores financeiros que promovem, com a frequência que a remuneração de seus capitais exige, velozes retiradas dos lucros, repatriados ou deslocados para outros mercados. Assim deu-se com a crise no México em 1994-1995, vítima dos acordos desiguais para sua economia estabelecidos pelo NAFTA, na Ásia em 1997-1998 (contagiando fortemente países como o Brasil e a Argentina e fazendo explodir a crise russa em 1998), condicionada pelos excessos de investimentos e de acumulação na Tailândia e na Coreia do Sul, particularmente na indústria manufatureira. O esgotamento dos “mercados dos emergentes” asiáticos e latino-americanos entre 1994-1998 levou à inversão do fluxo de capitais que procuraram refúgio no centro, mais precisamente nos EUA, dirigindo-se para as bolsas estadunidenses (NYSE/Wall Street e NASDAQ).

O quadro tornou-se propício com o fim da separação dos bancos de depósitos e de investimentos⁵ que vigorava, como consequência direta do desastre de 1929-1930, desde a regulamentação imposta pela Glass-Steagall Act de 1933. Em 1999, o governo Clinton criou o ambiente para a liberalização financeira fazendo com que os bancos, que buscavam recuperar suas taxas de lucros e enfrentar a concorrência com os Mutual Funds e os Hedge Funds⁶, pudessem ingressar em operações de crédito mais arriscadas, sobretudo no setor imobiliário, bem como em operações de aplicação segundo o *modus operandi* dos Hedge Funds. Esse processo foi mundial, mas dada a relevância de Wall Street, pode-se dizer que esse novo ciclo se inicia, efetivamente, nos EUA a partir de 1999, donde se constituíram conglomerados financeiros com capilaridade internacional. Na

⁵ Os bancos nunca foram simples intermediários, mas a partir do momento em que se tornaram conglomerados financeiros multifacetados menos ainda o são. A forma tradicional do banco desapareceu juntamente com o modelo bancário limitado à emissão de créditos e ao fornecimento de empréstimos (obrigado a assegurar a solvabilidade dos tomadores). Com o novo modelo, os riscos são transferidos para outros bancos, fundos de cobertura, os Hedge Funds. Em 2008, esse foi o esquema usado pelos bancos nas hipotecas. As operações superaram em larga medida as taxas mais razoáveis de alavancagem. Ao final, foram as operações estatais de salvamento que os livraram da ruína.

⁶ Respectivamente, Fundos de investimento aberto e Fundos de cobertura.

Europa, desde 1992, o Tratado de Maastricht já criara o ambiente no âmbito da União Europeia, cuja moeda única passa vigorar, efetivamente, em 2002.

A composição desses conglomerados⁷ envolve três tipos de atividades financeiras que se enlaçam “[...] em redor de uma sociedade-mãe que tem a forma jurídica de uma holding que pode ser um banco de investimento (Goldman Sachs, Stanley Morgan), uma companhia de seguros (Axa, Generali, AIG) ou um banco de depósitos (Deutsche Bank, BNP Paribas, Bank of America) [e são] cotados em Bolsa que velam pela rendibilidade do capital próprio (return on equity ou ROE⁸) dos seus acionistas”. (Chesnais, 2012, p. 68-69). Ainda segundo esse estudioso, aqueles grupos de capital predominantemente bancário são os mais internacionalizados e contam até centenas de filiais estrangeiras, inclusive nos paraísos fiscais. Esse processo convergiu com o crescimento dos chamados Fundos de Pensão, atores importantes da financeirização, expressões da centralização financeira do capital. Tais fundos apropriam-se da poupança acumulada dos trabalhadores que, assim, transfere-se para as mãos dos gestores que a transformam em capital. Essa relação já fora mostrada por Marx no Livro III d’ O Capital, que a descreve como um processo no qual o capital avança para os fundos constituídos pelo trabalho necessário depositado pelos trabalhadores nas caixas econômicas com vista a se tornarem beneficiários futuros dos rendimentos.

A crise altera também a configuração do Estado em todo o mundo. O poder político do capital condensado no executivo do Estado – identificado por isso como um comitê dos negócios da burguesia – modificou-se na época dos monopólios. O Estado se refuncionaliza, ganha contornos que, longe de sinalizarem o enfraquecimento de seu papel, acentuam sua funcionalidade para o processo de acumulação de capital, ampliando funções coesivas e participando da reprodução social da força de trabalho. Na fase atual do capitalismo dos monopólios ele é redesenhado no âmbito da configuração de uma “nova classe dirigente” que atua ao lado ou acima de governos, sejam eles de direita, de centro ou mesmo os pretensamente de “esquerda”. Atua agora como “comitê de relações do capital financeiro”, controlando diretamente os mecanismos da acumulação de capital e dirigindo a dinâmica dos tributos, dos investimentos, dos salários e dos benefícios, fatores que incidem na distribuição real da riqueza que é transferida do trabalho para os setores rentistas. Essa atuação se dá em dois níveis, primeiro por meio de políticas fiscais e orçamentárias e segundo através de estratégias comerciais e políticas internacionais na competição com outras áreas e polos geoeconômicos⁹. (Vasopolo, 2004, p. 73-75).

⁷ Entre os europeus, em 2007, sete grupos “[...] figuravam nos dez primeiros (entre os quais o BNP Paribas, em 3º. e o Crédit Agricole, em 6º.) e treze nos vinte primeiros (nomeadamente, a Société Générale em 11º.). Em 2010, havia apenas três nos dez primeiros (nomeadamente, o BNP Paribas em 10º.) e seis nos vinte primeiros”. (Idem, p. 69-70).

⁸ Rendimento dos capitais próprios.

⁹ Para além dos Estados, a oligarquia financeira encontra “doce” refúgio em “paraísos fiscais” que, como o próprio termo indica, são zonas livres de regulamentação (alguns funcionam como centro de lavagem de dinheiro). Para entender esses “paraísos”, vale conferir o texto de Chavagneux e

Essa “nova classe dirigente”, fração da oligarquia financeira que põe em ação os interesses imperialistas, assume variadas formas que vão desde a camada de gestores do capital de grandes empresas e bancos, atuantes em múltiplos conselhos de administração de negócios empresariais¹⁰ (como analisam Duménil e Lévy¹¹), até o segmento de gestores parceiros do capital nos Fundos de Pensão, muitos administrados por ex-sindicalistas, que constituem uma forma renovada da velha “aristocracia operária” lenineana. A atuação dessas classes dirigentes se fez sentir quando explodiu a crise em 2007-2008, agindo fortemente por dentro dos Estados na defesa dos conglomerados financeiros. Enquanto parte considerável dos economistas, sociólogos e demais “formadores de opinião” agastavam-se em debates que moralizavam as finanças, atribuindo a crise à ganância dos investidores e especuladores, o poder da finança exercido por suas classes dirigentes agia para a concertação das incríveis operações de salvamento e para a manutenção das condições ideais de desregulamentação. A crise não arrefeceu o poder das finanças exercido por aquelas classes. Durante sua vigência, elas não só não deixaram de agir como atuaram abertamente para ditar “soluções” que reduzissem suas perdas. O resultado, em Portugal, mas repetido em todos os países mais afetados pela crise, foi o aprofundamento da lógica que preside a atual dinâmica financeira do capitalismo global.

Mas tais funções não esgotam o papel de Estado em nossa época. Ele tem se voltado também para a criação de condições favoráveis de acumulação do mercado interno, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, desempenhando ações as mais variadas, tais como: desenvolvimento da ciência e da pesquisa de acordo com os interesses monopolistas¹²; a “formação de ‘capital humano’ adequado e funcional para as novas exigências da acumulação flexível, tarefa que vem sendo desenvolvida amplamente pelo Estado¹³”; a criação de um ambiente econômico estável que assegure a reprodução da infraestrutura básica para a acumulação; ou ainda, quando eclodem crises, atua tanto na produção (nacionalizações/ estatizações de massas falidas de grandes empresas privadas; gigantescas operações de salvamento), quanto na circulação (incremento de serviços e do crédito por meio de instituições estatais). (Vasopolo, 2004, p. 77, 80).

Tal amálgama de funções estatais tornou-se explícito quando se deu a crise das dívidas soberanas dos bancos europeus e da própria zona do euro que expressam, no momento, o ponto nevrálgico da crise. Ela exprime dois pilares da

Alan (2007).

¹⁰ “Em geral, a ação da oligarquia financeira se dá com a intervenção das mesmas pessoas nos conselhos de direção de inúmeras empresas, bancos e também na gestão governamental (frequentemente ocupando cargos muito influentes nos governos)”. (Netto e Braz, 2011; p. 191).

¹¹ A crise do neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

¹² No Brasil, no setor da agroindústria, o caso da estatal EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) é notório exemplo.

¹³ “A gestão empresarial de escolas e universidades e centros de formação tende a privatizar a reprodução e a gestão [...], mas grande parte dos custos continua a ser do Estado”. (Vasopolo, 2004, p. 77)

configuração do capitalismo global: de um lado, assinala os limites do modo de crescimento que sustentava o endividamento gerado pelo regime de acumulação dominado pela finança; de outro, expressa a organização das relações econômicas e políticas que giram em torno da hegemonia dos EUA. Nem um nem outro esgotaram seu domínio sobre os rumos da economia mundial. Os mercados financeiros se ajustaram com novos mecanismos, contando inclusive com o relativo e temporário êxito das operações de salvamento bancadas por governos a frente dos Estados. Contudo, os limites do crescimento por endividamento não assinalam seu esgotamento, pois que vem ganhando sobrevida por meio de uma política de juros baixos posta em ação desde a presidência de Alan Greenspan no Banco Central dos EUA e, mesmo com juros mais elevados, é bancada também pelo BCE. Há por detrás disso um sofisticado mecanismo de compromissos interbancários que favorece taxas altas de alavancagem que expõem os Estados tomadores de empréstimos a situações de risco e, sobretudo, de submissão econômica e financeira¹⁴.

É evidente que a conta a ser paga é socializada por meio de medidas de severa austeridade, como as que sofrem países europeus, sobretudo os mais frágeis, como Irlanda, Grécia, Portugal e Espanha. Francisco Louçã nos mostra uma conjuntura cuja aparência oculta o que está a se mover por debaixo da superfície:

Na primeira metade de 2007, tudo parecia correr bem na Europa. O déficit médio da zona do euro era de 0,6% do PIB, uma insignificância. Em contrapartida, nos EUA, no Japão e no Reino Unido era de 3%, uma diferença assinalável. Mas com a crise, esse déficit virtuoso da zona do euro multiplicou-se por mais de dez, para atingir os 7% em 2010 (e mais de 10% nos EUA) – e a Europa (mas não os EUA) passou adoptar medidas drásticas de corte nas despesas públicas. Em resposta às perdas sistêmicas, o socorro aos sistemas financeiros custa dramáticos défices orçamentais resolvidos à custa do rendimento disponível das pessoas.

[...] ocorreu um efeito dominó de desvalorização de títulos e de colapsos de bancos, que suscitou uma intervenção rapidíssima dos governos, nacionalizando parte do sistema bancário e financiando os seus prejuízos. Em Portugal, essa intervenção passou pela criação de uma garantia pública para o socorro aos bancos até vinte mil milhões de euros, pela nacionalização do BPN e pelo resgate do BPP. (Louçã, 2011, p. 160-162).

No seio da zona do euro a crise da dívida pôs em evidência a profunda diferenciação das economias nacionais, demarcada pelo grupo liderado pela Alemanha mais os Países Baixos e a Áustria e, noutro lado, o grupo composto justamente por Grécia, Portugal e Espanha. Intermédio a eles encontram-se

¹⁴ Alguns utilizam a expressão “risco sistémico”. Veja, por exemplo, Davis (1992).

a França e a Itália. O contraste entre esses grupos de países se exacerbou com a política monetária adotada pelo BCE e pelo modelo de crescimento por endividamento, sobretudo nos países que mais têm sofrido com a “integração” da zona do euro. E a conta a ser paga para a sustentação de realidades tão desiguais só se torna mais ou menos viável se os países mais prejudicados intensificarem suas formas de saqueio dos fundos públicos, se avançarem mais sobre os salários dos trabalhadores e se forem reduzidos ou mercantilizadas as políticas e os serviços públicos em todos os níveis, da saúde à previdência social, passando pela educação e pela assistência social, o que tem provocado um agressivo processo de dismantelamento dos sistemas de proteção social.

Os analistas mais críticos consentem em identificar a catástrofe social que as políticas da troika têm significado para os trabalhadores europeus, mas discordam quanto à melhor estratégia para superá-las. Tal dissenso aparece, por exemplo, na obra organizada por Jorge Figueiredo, *Ascensão e queda do euro*, de 2012. Nela, Yannis Varoufakis¹⁵ sustenta, em sua “Proposta Modesta”, uma renegociação entre representantes dos países com déficit elevados e os países superavitários com os representantes dos bancos europeus detentores de títulos da dívida como forma de rediscuti-la globalmente. Por outro lado, entre aqueles que defendem a saída do euro, Rudo Ruijter admite que o único caminho está no cancelamento das medidas de austeridade que sufocam as economias que deveriam ser guiadas por um Banco Central soberano, controlado pelo parlamento. Já os que se articulam em torno de C. Lapavitsas pleiteiam o cancelamento das dívidas ou seu não pagamento como forma de retomar o papel soberano das economias dos países europeus que deveriam liderar um processo democrático de controle do capital, redistribuição da renda, implementação de políticas industrializantes, todas a depender de uma ampla remodelagem do Estado. Mais radical e profunda é a proposta levantada pelo ex-presidente da Attac¹⁶, Jacques Nikonoff que indica, além daquelas que já aparecem no grupo de Lapavitsas, a necessidade de um programa econômico que nacionalize o sistema financeiro, incluindo bancos e instituições seguradoras, com vistas a desintegrar os espaços de atuação dos especuladores, fechar os mercados de títulos e controlar o câmbio e o movimento de capital.

Em Portugal, Francisco Louçã sustenta em seu livro *Portugal agrilhado* (2011) propostas que, num primeiro momento, criem as condições para uma luta no campo do Estado de Direito democrático, um passo inicial para a “batalha da igualdade”. Tal luta depende de um profundo redirecionamento da atuação do BCE e dos dirigentes da zona do euro, que se tornaria possível se fossem capazes

¹⁵ Que, como ministro das Finanças do governo grego do Sryza, pouco pôde desenvolver sua proposta nos poucos meses que esteve no cargo no primeiro semestre de 2015. Varoufakis tem denunciado em palestras feitas após a experiência governativa que a estrutura da UEE é antidemocrática, especialmente no espaço do Eurogrupo que funciona como um comitê executivo que dita diretrizes alemãs a serem seguidas pelos demais países, sobretudo os mais pobres.

¹⁶ Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos, proposta por I. Ramonet e criada na França em 1998.

de animar um conjunto de medidas de regulação do sistema financeiro elencadas por Louçã, com vistas à construção de bases para uma política econômica democrática ou até mesmo, como sugere, uma “democracia econômica” concentrada em três objetivos centrais: reduzir a pressão do endividamento, equilibrar o orçamento e criar emprego. Mais recentemente, como se pode ver na obra *A solução Novo Escudo* (2014), o economista sustenta, com João Ferreira do Amaral, a necessidade de se discutir desde já uma alternativa à moeda europeia baseada num rigoroso estudo que antecipe as vantagens e desvantagens de uma eventual saída da zona do euro.

2. O Brasil, a América Latina e o “neodesenvolvimentismo”

Na América Latina e no Brasil, a natureza tardo-periférica de nossas economias além de não colocar nenhum óbice ao desenvolvimento dos aspectos mais deletérios do capitalismo financeiro mundializado, potencializa-os ao se combinarem com nossas heranças arcaicas, tão persistentes entre nós, amalgamadas que estão com os processos de “modernização” capitalista. Uma espécie de “capitalismo social” tem sido praticado em alguns países da região. Sua fraqueza não está nos índices modestos de reversão do quadro de pobreza e, sobretudo, de desigualdade. Ela reside na sua funcionalidade para a dinâmica financeira contemporânea, uma vez que não só não colide com ela como, fundamentalmente, acaba por aprofundá-la.

Há diferenças importantes entre as economias da região que formam uma unidade diversa na dependência, condicionada pelo grau de industrialização historicamente tornado possível aos países. Se, por razões diversas, Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai puderam experimentar, sobretudo entre os anos 1940 e 1960, processos industrializantes comparativamente mais vigorosos, o mesmo não se pode dizer de Peru, Bolívia, Paraguai e Equador. Nesses países, o controle exercido por grandes capitais estrangeiros sobre os ramos produtivos mais centrais provocou uma dependência ainda mais profunda ao imperialismo, impossibilitando que o setor primário-exportador se articulasse com o conjunto dos diversos ramos da economia nacional, obstaculizando a atividade industrial. No primeiro grupo de países, a fase do imperialismo do pós-guerra provocou uma forte guinada de investimentos diretos, especialmente oriundos dos EUA, na atividade industrial dos setores mais dinâmicos das economias, resultando no controle direto desses setores e na intensificação do processo de concentração e centralização de capitais, desnacionalizando a propriedade privada dos meios de produção fundamentais daqueles países. Em todo caso, a unidade na dependência que caracteriza a América Latina foi determinada não apenas pelo legado colonial. Ela se consolidou, sobretudo, pelos processos de monopolização aprofundados na fase imperialista do imediato pós-guerra.

Esse quadro histórico, bastante problematizado por intelectuais latino-americanos das correntes marxistas conhecidas como dependistas¹⁷, interditou estruturalmente as possibilidades de desenvolvimento econômico autônomo, o que torna bastante limitada a estratégia (neo) desenvolvimentista intentada pelos governos da região. Ademais, o suposto neodesenvolvimentismo se for comparado aos traços gerais das políticas desenvolvimentistas – que, entre 1930 e 1980, de modo muito problemático e historicamente diferenciado, conheceram algumas experiências no Brasil –, mostra-se muito distante do modelo original.

Segundo especialistas, quando comparado ao paradigma desenvolvimentista que se conheceu no século passado, a hipótese neodesenvolvimentista se esvai e as razões são claríssimas. Ele apresenta taxas de crescimento bem mais modestas que não resistem a uma comparação, uma vez que um dos pilares do desenvolvimentismo é justamente a robustez do crescimento econômico. O mercado interno tem, na hipótese neodesenvolvimentista, menor relevo. Há também menor capacidade de distribuir renda através de um mercado interno forte e amplo, dinamizado por políticas de distribuição que, dentre outras funções, ajudam a potencializar o consumo das massas trabalhadoras. Por outro lado, diferentemente do modelo “clássico” da matriz desenvolvimentista, o neodesenvolvimentismo se ajusta à antiga divisão internacional do trabalho ao promover, e por vezes aprofundar, as funções primário-exportadoras da economia, ajuste absolutamente incompatível com o modelo original, mesmo se considerarmos as significativas mudanças das condições históricas do capitalismo mundial.

No Brasil, a hipótese neodesenvolvimentista se sustenta, ainda, numa outra hipótese: a de que no interior do bloco dominante do país haveria uma fração denominada de “burguesia interna”, representante dos interesses de capitalistas brasileiros, fundamentalmente atuantes no setor produtivo (mas não só), e não plenamente integrados à dominância financeira. Essa suposta fração “interna” da burguesia no Brasil expressaria interesses contraditórios e minoritários no âmbito do bloco hegemônico pelo grande capital internacional. Tal suposição é bastante problemática não apenas porque esse setor da burguesia não reúne condições objetivas para se colocar como força anti-imperialista. Ela é problemática, sobretudo, porque desde 1964, está claro que a burguesia brasileira abandonou qualquer inclinação nacionalista (ou nacional-democrática) que, historicamente, pouco teve. E a razão para tal abandono não está nas condições subjetivas (na falta de vontade política), mas na estrutura econômica que a

¹⁷ Dentre eles, Rui Mauro Marini, Andre Gunder Frank e Vania Bambirra. Para um quadro geral desse debate e sua atualidade pode-se consultar o livro organizado por Castelo, R. *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. A relação entre a dependência e o desenvolvimento é tratada por Fiori, J. L. “Desenvolvimento e ‘dependência’”. *Carta Maior*. São Paulo, 29 mar. 2012. Para um panorama do pensamento econômico brasileiro ver Lima, H. F. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1976. Ver também Bielschowsky, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

colocou numa posição perfeitamente integrada (associada e dependente) aos circuitos comandados pelo grande capital monopolista operante no país.¹⁸

Para além das muitas polémicas que o tema suscita¹⁹, uma definição empregada para explicar o que chamo de hipótese neodesenvolvimentista é esclarecedora: “[...] o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimento possível dentro do modelo capitalista neoliberal [...]”²⁰. Ora, sabemos que o neoliberalismo se caracteriza justamente por políticas e medidas que obstam o desenvolvimento e o crescimento económicos, tornando muito difícil sustentar tal afirmação. E ela é ainda menos factível quando se imagina que as políticas neodesenvolvimentistas seriam capazes de promover “desenvolvimento económico com desenvolvimento social”. No Brasil da era Lula/Dilma (2003 aos nossos dias), o essencial da política económica neoliberal foi essencialmente mantido. E o que chamo de essencial é o tripé neoliberal que articula metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. Entretanto, tal manutenção desse tripé não resume a Era Lula/Dilma.

Ela combinou, pelo menos até 2014, esse tripé com uma agenda dita “neodesenvolvimentista” composta por três vetores principais: medidas anticíclicas contra os efeitos das crises capitalistas assentadas, sobretudo, em mecanismos de isenção fiscal e desoneração fiscal e em políticas de acesso ao crédito para estimular o consumo; financiamento das condições gerais do processo de acumulação de capital baseado em subsídios às exportações de commodities / produtos primários e no patrocínio de fusões e associações para formar grandes grupos monopolistas; e, especialmente, na forte expansão das políticas assistenciais dentre as quais a mais emblemática é o Programa Bolsa Família (que hoje atende cerca de 60 milhões de brasileiros) que, junto à criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)²¹, vem configurando uma tendência

¹⁸ Alguns desses impasses foram problematizados por Armando Boito Jr. (Brasil de Fato, 05-11 / abril de 2012).

¹⁹ São muitos os estudos sobre o tema no Brasil contemporâneo. Dentre tantos, destacamos: Belluzzo, L.G. “O desenvolvimentismo de direita”. Carta Maior. São Paulo, 30 mar. 2012. Filgueiras, L. et al. “Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconómica nos governos Lula”. In MAGALHÃES, J. P. de A.. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Fiori, J. L. “A miséria do ‘novo desenvolvimentismo’”. Valor Económico. São Paulo, 30 nov. 2011. Gonçalves, R. “Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas”. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro, no. 31, p. 5-30, fev. 2012. E, de Bresser Pereira, L. C. Structuralist macroeconomics and new developmentalism (<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/11.22.> Macro-Structuralist-N-Develop%20CJE%20i.pdf); “An account of new developmentalism and is structuralist macroeconomics”. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 31, n. 3 (123), p. 494-501, jul./set. 2011; “Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina”. In PRADO, L. C. (org.) Desenvolvimento económico e crise. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p.27-66.

²⁰ Boito Jr. (Idem).

²¹ O SUAS tem sido objeto de muitos debates. Ele expressa um real avanço ao criar um sistema nacional articulado para a política de assistência social. Por outro lado, apresenta problemas que os setores mais críticos vêm apontando. Dentre os quais destaca-se a forma como vem se expandindo por meio de contratações de profissionais, inclusive de assistentes sociais, em condições precárias; a centralidade que a assistência social assume face às outras políticas, desarticulando as políticas de seguridade social; e, também, o uso de conceitos como o de “vulnerabilidade social” que é no

que alguns especialistas têm denominado de “assistencialização” das políticas sociais, que expressa a redução destas à assistência social.

De todo modo, há contradições no bloco liderado pelas forças neoliberais que permitem sustentar medidas “heterodoxas” que, se não obstam sua dominância político-econômica, podem produzir alguns resultados que atenuem as suas consequências sociais. No conjunto da América Latina, tal tentativa de combinação (crescimento econômico/desenvolvimento social) não foi capaz de reverter as históricas e profundas assimetrias sociais que caracterizam a região, pois que incidem apenas sobre os efeitos mais deletérios das desigualdades sociais, valendo-se de instrumentos focalizados de distribuição de renda, tais como: ampliação do acesso ao crédito às camadas populares; relativo fortalecimento do mercado interno; e, sobretudo, expansão de políticas assistenciais por meio de programas governamentais destinados aos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras.

Segundo a CEPAL²², em 2011, tais programas governamentais de Assistência Social aos mais pobres alcançaram 19% da população latino-americana, valendo-se de um gasto equivalente a 0,4% do PIB da América Latina. Ou seja, menos de 0,5% do PIB da região foi o percentual usado para o que se chama “transferência de renda”. É evidente que, com isso, nada de estrutural pôde ser alterado na América Latina. Contudo, mesmo considerando esses dados, pode-se dizer que há experiências atuais que tentam compatibilizar o desenvolvimento capitalista com medidas de redução da pobreza. E a América Latina (e, claro, o Brasil) é um exemplo atual dessa possibilidade. Entretanto, tais políticas esbarram em dois problemas centrais, para além dos números.

Primeiro: como elas não incidem nas questões estruturais que determinam as desigualdades sociais (antes mesmo da pobreza), acabam por serem bastante paliativas e suscetíveis aos desígnios governamentais. A cada mudança de conjuntura ou troca de governo podem ser alteradas as diretrizes das políticas, cancelados programas sociais ou mesmo modificada a política tributária de modo a deslocar os excedentes contidos no orçamento público para os interesses capitalistas, predominantemente os do capital financeiro. Como o essencial – a riqueza social condensada nos direitos de propriedade (ações, obrigações financeiras, títulos da dívida pública etc, que indicam a propriedade de terras, indústrias, empresas comerciais, bancos) – permanece intocado, o pouco que se pôde avançar em distribuição de renda e em redução da pobreza ou mesmo da desigualdade se esvai, desmancha-se no ar.

Segundo: essas políticas aplicadas nalguns países latino-americanos dependem de algum crescimento econômico. Como o capitalismo contemporâneo tem sido pouco propício para agendas desenvolvimentistas, torna-se muito difícil

mínimo polêmico no debate do Serviço Social brasileiro. Há já vários estudos sobre a política de assistência social contemporânea. Dentre tantos, é imprescindível a coletânea de textos organizada por Ana E. Mota, citada em nossa bibliografia.

²² Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

a manutenção de políticas de redução da pobreza assentadas nessa hipótese. Tão logo a conjuntura ingresse numa fase que impede o crescimento, os avanços assentados nessa quimera se vêem ameaçados. É o que estamos a perceber no momento atual da América Latina, sobretudo em alguns países sul-americanos, especialmente a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Equador e a Venezuela. Esses países sofrem com a viragem conjuntural da economia. Enquanto puderam aproveitar as benesses da última década puxada pelo fenômeno chinês, conseguiram, principalmente a Venezuela²³, promover alguns avanços sociais. Quando os efeitos daquele fenômeno arrefeceram, sobrevieram as dificuldades nesses cinco países, justamente aqueles que promoveram alguma redução da pobreza (e, em menor grau, da desigualdade) no continente.

E nesse momento em que concluo esse texto estamos a assistir não apenas o retrocesso dos poucos avanços, mas também o fortalecimento dos segmentos de classe conservadores na América Latina, alguns até golpistas. A reação conservadora já triunfou na Argentina, ameaça triunfar na Venezuela e desestabiliza a tal ponto o governo no Brasil que, a esta altura, ele já está inteiramente sob as suas rédeas.

Bibliografia

- Beisntein, J. (2013) “Origem e declínio do capitalismo”. Revista Margem Esquerda. Ensaios marxistas. No. 21, out. 2013; p. 78-93.
- _____. (2001) Capitalismo Senil. A grande crise da economia global. Rio de Janeiro: Record.
- Braz, M. (2012) “Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas”. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez. No. 111, jul/set. 2012; p. 468-493.
- Carcanholo, R., Nakatami, P. (2007) “Capitalismo especulativo y alternativas para America Latina”. Herramienta; Buenos Aires, v. 35, p. 27-51.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). (2011). Programas de Transferências de Renda Condicionadas – Balance de la experiencia reciente em America Latina y Caribe. In Cecchinmi, S.; Madariaga, A. Cuadernos de la Cepal. CEPAL, Nações Unidas, Santiago do Chile, no. 95.
- Chavagneux, C., Palan, R. (2007). “Les paradis fiscaux”, Paris: La Découverte, col. Repères, p.43-51.
- Chesnais, F. (2012). As dívidas ilegítimas. Quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Davis, E. P. (1992). Debt, Financial Fragility and Systemic Risk. Oxford: Clarendon Press.

²³ Porque foi além da distribuição de renda e chegou mesmo a promover alguns processos de reversão dos direitos de propriedade privada através de nacionalizações e estatizações.

- Duménil, G., Lévy, D. (2014) *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2003) "Superação da crise, ameaça de crises e novo capitalismo". In Chesnais, F.,
- Duménil, G., Lévy, D., Wallerstein, I. *Uma nova fase do capitalismo?* S.Paulo/Campinas: Xamã/Cemarx.
- Figueiredo, J. (Coord.) (2012) *Ascensão e queda do euro*. Lisboa: Chiado Editora.
- Filgueiras, L., Gonçalves, R. (2007) *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro.
- Gonçalves, R. (2010). *Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: governo Lula (2003-2010)*". In Corecon-RJ. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- Iamamoto, M. V. (2007). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez.
- Louçã, F. (2011). *Portugal Agrilhado. A economia cruel na era do FMI*. Lisboa: Bertrand.
- Louçã, F. e AmaraL, J. F. do (2014). *A solução Novo Escudo. O que fazer no dia seguinte à saída de Portugal do Euro*. Lisboa: Lua de Papel; 2ª. edição.
- Mandel, E. (1990). *A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas: EdUNICAMP.
- Marx, K. (1984). *O capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, t. I, v. 1; 1984, t. I, v. 2; 1984, t. II, t. III, v. 1; 1985, t. III, VS. 2-3.
- Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mota, A. E. (org.) (2012). *Desenvolvimento e construção de hegemonia. Crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. e Braz, M. (2011). *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo; Cortez; 7ª. edição.
- Vasopolo, L. (Coord.) (2004). *A Europa do capital. Transformações do trabalho e competição global*. São Paulo: Xamã.